

COMO SE CONTA A HISTÓRIA EM TEMPO DE “GLOBALIZAÇÃO” A PROPÓSITO DA HISTÓRIA GLOBAL DE PORTUGAL

*À memória do António Manuel Hespanha,
com quem tantas vezes discuti o significado e a forma de fazer História.
A nossa diferença de pontos de vista
não era obstáculo – antes pelo contrário – à Amizade que sempre nos ligou.*

“Globalização” e “História Global”: conceitos pretensamente novos e contraditórios

Se o conceito de “Globalização” está na moda, com os inerentes elogios, as críticas e as dúvidas que provoca, o mesmo se poderá dizer do que se chama “História Global”, que noutros países (França, Itália, Espanha...) teve o nome mais comum de “História Mundial” (algo diferente, pelo menos terminologicamente).

Começemos por dizer, em síntese, que esse tipo de História parte de um conceito aparentemente inovador, cheio de vícios e virtudes, que se chama hoje “Globalização”. Evidentemente que se trata de um conceito mais renovado do que novo, tendo em conta a maior interligação que agora existe – ou se diz existir – entre os povos e os indivíduos, mercê de novas e novíssimas formas de comunicação, de novas formas de mercado e de novas políticas. Todavia, deve notar-se que esse conceito já existia (se é que não existiu sempre), embora com outras formas, porventura mais nobres: universalização, internacionalismo, ecumenismo, mundialização, cosmopolitismo, de que instituições como a ONU e, nela, a UNESCO, são exemplos bem significativos, até pela situação normal da sua constante

crise. São conceitos que se opuseram a um nacionalismo extremo que, se se inicia no século XIX, é muito anterior em termos de concepção “imperial”, e que tem teorias e práticas próprias e radicais no século XX com o advento dos fascismos e com a sua forma específica e mais extrema, o nazismo ou o “imperialismo” japonês. Será esta uma das virtudes da “Globalização”, assim como a de dar a conhecer, quase ao segundo, o que de mau e bom se deu em qualquer parte do globo, como me dizia um historiador africano, o guineense Julião Soares Sousa, habituado a que olhassem para a sua terra, a Guiné, e o que lá se passava, como algo separado do mundo e da “civilização”, o que não deixa, todavia, de poder ainda suceder, neste e noutros espaços, em função de interesses de toda a espécie, dado que a dita “globalização” pode não ser um campo aberto de comunicação, mas sim uma comunicação controlada.

A “Globalização” gerou também, em vários domínios, erros e vícios, desde aqueles que advêm da liberdade incontrolada da comunicação, que possibilita a criação de “notícias falsas” (o que se chamou em inglês *fake news*) capazes de condicionar até as eleições, como se terá dado com o *trumpismo* nos EUA, com Bolsonaro no Brasil e com o *Brexit* no Reino Unido, até ao domínio económico de empresas e estados, vencendo os mais ricos e os mais capazes de dominar a produção e o jogo financeiro, a informação e o *marketing*. Desde o excesso de informação que, se não acompanhado de formação, pode gerar uma falsa ideia do que se passa, até à desinformação. Desde as lógicas do neoliberalismo – por vezes debaixo do capote da “terceira via” (expressão perigosa porque o fascismo foi também outra *terza via*) – que possibilitou o domínio do privado e do individualismo mais puro e feroz até à maior separação de classes, com um abismo cada vez mais evidente entre os mais ricos e os mais pobres. Desde o advento do populismo político ao populismo cultural, com a banalização e a supervalorização da divulgação, da “cultura de espetáculo”, da “novidade” e da ausência de sentido crítico, à dificuldade cada vez maior de encontrar paradigmas, dada a diluição e a confusão dos valores fundamentais. Desde a corrupção e os golpes financeiros em rede à desvalorização da democracia, devido aos vícios provocados pelo neoliberalismo ou pelo capitalismo anárquico.

“História Global”: o que é e o que não é? Um conceito discutível

Se a “História Global” partiu deste conceito de “Globalização”, procurando renovar a “História Mundial” ou a “História Geral”, já se pode adivinhar onde estão as suas virtudes e os seus vícios, sobretudo evidentes quando se quer apresentar essa História como algo de novo e completamente

diferente do que até aí se fazia: as Histórias Gerais, as Histórias das Relações Internacionais, as Histórias Universais, todas normalmente tendentes a uma ultrapassagem do que era a História Nacional e, mais, a História Nacionalista. Passemos à frente do conceito de História Universal, que, surgindo no século XIX, apenas tem interesse como objetivo, que supõe por vezes narrativas bem diversas do que se pretende dizer com o termo “Universal”, e arrumemos o exemplo de uma História Nacionalista com a *História de Portugal*, de João Ameal (1940), que venceu o Prémio Alexandre Herculano do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) do Estado Novo. Para dar exemplos fora de Portugal, lembremos a velha *Histoire des Relations Internationales* (Paris, Hachette, 1954-1955), dirigida por Pierre Renouvin (1893-1974), e outras obras de que foi autor, ou a tão famosa, nos anos 60, *Histoire Générale des Civilisations*, publicada pela *Presses Universitaires de France*, que teve na *História Geral da Civilização Brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), uma tentativa de continuidade nacional, ou as histórias assumidamente marxistas de grande divulgação do historiador Eric Hobsbawm (1917-2012).

Um texto muito interessante, pela discussão e as dúvidas que coloca – o que não é suficientemente assinalado pelos diretores da *História Global de Portugal* (Lisboa: Temas e Debates, 2020), que o referem na Introdução –, é o do alemão Sebastian Conrad (n. 1966). Vale a pena lê-lo, integralmente e com atenção. Fizemo-la na sua tradução portuguesa das Edições 70, *O que é a história global?* (2019), tendo em mente o título original em inglês (língua pretensamente global) *What is Global History?* (2016).

Conrad não se limita a tentar definir “História Global”, considerando que acima de tudo se opõe à “História Nacional” e tem como processo forte, no domínio da metodologia, o estudo das conexões. Pensa também, neste âmbito, que ultrapassa as “Histórias Paralelas” e as “Histórias Comparadas”. Igualmente recusou a ideia de que a “História Global” punha de lado a “História Local”. Mas Conrad não esqueceu as censuras que lhe eram feitas. Na tradução do seu livro para português, num Posfácio sem autor designado (p. 289), refere-se a imagem dos críticos mais radicais que, em linguagem comum, diziam que a “história global” podia ser comparada ao ato de vender “um vinho velho em garrafa nova”. De resto, Conrad lembrou nos Agradecimentos (pp. 281-282) não só o apoio e as sugestões que lhe foram dadas por alguns historiadores, mas referiu igualmente a crítica que sofreu por “colegas de todo o mundo” (digamos: menos por colegas portugueses, o que não é de admirar, dado que aqui pouco se discutem as conceções e as teorias nos meios académicos, sobretudo se manifestam uma grande ânsia de inovação). Também se referiu às suas limitações e aos seus riscos... Enfim, das quase 300 páginas do livro, muito genericamente terá de se entender que

o próprio Conrad considera que a “História Global” é um conceito discutível e com perigos diversos.

Do modo idêntico nós assim o entendemos. Não entramos na crítica fácil, considerando-a apenas como um estilo anglo-saxónico de fazer História, em que a sua própria língua – mesmo depois do *Brexit* – é considerada como língua universal de ciência, do mesmo modo que o Reino Unido e a sua *Commonwealth* têm as suas próprias regras, que sempre afastaram orgulhosamente as ilhas britânicas e seus satélites do resto da Europa e do Mundo. Se tivéssemos entrado por aí também diríamos que a “*Nouvelle Histoire*”, que quase não é referida no livro de Conrad, era também uma História própria dos franceses, com o seu nacionalismo dito chauvinista. Não é disso que se trata: nenhuma pode ser ignorada. Uma porque, opondo-se a uma história nacional e nacionalista, pretende, pois, estudar as conexões existentes no globo em todas as épocas e lugares e em todos os temas e se tornou importante a ponto de ter criado em 2006 a sua própria revista *on line*, *Journal of Global History*. A outra porque, tendo como base uma outra publicação de grande fama, os *Annales* (fundada em 1929), indo ao ponto de gerar a criação de um volume enciclopédico dirigido por Jacques Le Goff (*La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz, 1978), além de se ter tornado numa matriz que todos queriam seguir, teve como objetivo inicial – e é importante que se diga – uma via de resistência: lutar contra um modo “narrativista” (utilizou-se também o conceito menos preciso de “positivista”) e “acontecimental” (*événementiel*) de “fazer” e “contar” História, penetrando no âmago do passado, em termos de pretensa “história total”, poliédrica, a ponto de entender a realidade mais numa perspectiva “social” do que “política”, em sentido estrito. Trata-se de uma história surgida durante a Segunda Guerra e depois dela, com personagens que a viveram e até morreram por causas (Marc Bloch), tanto combatendo por uma “nova história” (Lucien Febvre), como analisando um complexo histórico-geográfico (Fernand Braudel), como focando uma realidade local (Le Roy Ladurie) ou a “longa duração” (*longue durée*), e entrando no domínio do simbólico e das mentalidades.

Esta igualmente se foi esvanecendo, acabou por não ser citada como ultramoderna e foi estudada criticamente numa interessante dissertação de Hervé Coutau-Bégarie (*Le phénomène “Nouvelle Histoire”. Stratégie et Idéologie des nouveaux historiens*. Paris: Economica, 1983), que, embora sublinhasse a sua importância, quis assinalar também (sem praticamente o dizer) os seus defeitos. Tendo eu nascido como historiador nos anos 60, orientado por José Sebastião da Silva Dias, em oposição a uma “história narrativista” (ao lado da nacionalista história ideológica ou, como gosto mais de a chamar, “ideologia historiográfica”), fui um leitor assíduo das suas obras e do que se publicou então sobre ela, nunca deixando de a valorizar, embora não deixasse

de esboçar a minha crítica quando ela se tornou uma moda, nomeadamente num artigo que escrevi para um colóquio sobre História Regional, o qual vim a publicar na revista que então dirigia (“História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da História local e regional”, in *Revista de História das Ideias*, n.º 9, Coimbra: 1987, pp. 843-867).

As novas “Histórias Globais” ou “Mundiais”

Assim como as palavras novas – entre as quais “globalização” (mas não “global” e outros conceitos derivados, já há muito usados), que terá surgido apenas no fim do século XX, originando até uma reflexão sumária de um sociólogo muito nomeado, polémico conselheiro de Tony Blair, Anthony Giddens (*The third way*, 1998, e *Runway World*, 1999, publicadas em português pela Presença, a primeira com uma tradução quase literal, *Para uma terceira via*, e outra com palavra da moda, *O Mundo na era da globalização*) –, também se tornaram comuns em todo o lado as “Histórias Globais”, algumas com o nome de “Mundiais”, tendo sido elogiadas, seguidas e criticadas. Curiosamente, elas parecem ter uma estrutura sempre semelhante, apesar das suas naturais diferenças. De todas as que foram publicadas no estrangeiro conheço especialmente uma que vou referir. Estou a falar da *Histoire Mondiale de la France*, dirigida por Patrick Boucheron (n. 1965), publicada em 2017 pelas *Éditions du Seuil*, para surgir numa “edição de bolso” (se assim se pode chamar a uma obra com mais de 1000 páginas), com 15 textos inéditos, um ano depois.

A ideia – conforme diz, na breve *Ouverture* (pp. 7-15), o diretor, que teve a acompanhá-lo quatro coordenadores e cerca de 130 autores – começou como um projeto editorial de divulgação científica ou académica, mas também como uma espécie de “jogo”: a escolha de 146 datas relacionadas com a história de França (desde 34 000 a.C. até 2015), orientadas, embora não futilmente, pelo princípio do “prazer”, mas também como imposição resultante da intenção (sintetizo e traduzo, espero que menos mal, porque o texto não é simples) de “desconstruir as continuidades ilusórias da narrativa tradicional”, considerando que esta opção permitia “evocar proximidades para as substituir ou, ao contrário, domesticar aparentes incongruências”. Haveria assim um “duplo movimento”: “desenraizar a emoção de pertença e acolher a estranha familiaridade do longínquo”. Desta forma, sem excluir algumas “datas canónicas” da história de França, pretendia-se dar-lhe uma maior amplitude e, como dizia – numa ânsia de modernidade (ou pós-modernidade) e de inovação –, podia “fazer-se surgir, no meio de uma narrativa falsamente nostálgica de recordações escolares, a energia constantemente surpreendente duma história alargada, diversa e relançada” (cf. p. 9). O seu desejo era,

pois, e é, o de apresentar uma história de França explicada pelo mundo, em textos que “cada autor tinha a liberdade para construir a sua intriga a partir duma data da história de França” (*idem*). Deste modo – porque assim Boucheron explica o sentido “mundial” da obra e o seu objetivo de quase “descoberta” – apresento o texto mesmo em francês: “Expliquer la France par le monde, écrire l’histoire d’une France qui s’explique avec le monde: tout l’effort vise en somme à defaire la fausse symétrie de la France et du monde. La France n’existe pas séparément du monde, le monde n’a jamais la même consistance pour la France” (p. 13). E, em jeito de conclusão coloquial e lúdica, terminava: “Et si l’on nous demande: «Pourquoi cette histoire de France est-elle mondiale?», on pourra répondre simplement: «Mais parce qu’elle est tellement plus intéressante ainsi!»” (p. 15).

Portanto, Boucheron – professor do *Collège de France*, medievalista e estudioso do Renascimento numa perspetiva política – pretendia, com o seu complexo plano, pretensamente original, partir de 146 datas (onde, avisa, seriam evidentes as “lacunas”), valorizar “uma leitura política e cultural” e negligenciar “desenvolvimentos de mais longa duração que afetam a história das sociedades na sua dimensão económica mas também circundante (*environnementale*)”. Mesmo as suas 12 “sequências” (*séquences*), com uma terminologia pouco usual e não exatamente de periodização clássica (o historiador dizia que tais “sequências” não tinham o sentido da periodização), só serviriam para “guiar a leitura”. Eram elas as seguintes: “Aux prémices d’un bout du monde”, “De l’Empire à l’Empire”, “L’ordre féodal conquérant”, “Croissance de la France”, “La Grande Monarchie de l’Occident”, “La puissance absolue”, “La nation des Lumières”, “Une patrie pour la révolution universelle”, “Modernités dans la tourmente”, “Après l’Empire dans l’Europe” e “Aujourd’hui en France”.

Digamos, pois, em síntese, que se queria apresentar a França numa visão mundial (que – dizemos nós – não deixa de ser “centrada” na França e talvez nem o pudesse deixar de ser), através do trabalho de muitos historiadores, que assim punham a ciência ao serviço da divulgação, fugindo a uma perspetiva nacional e sequencial das “histórias de França”, com grande liberdade de iniciativa dos autores, numa melodia “polifónica”, e até com um sentido de resposta a um desafio, como se se tratasse dum jogo e da satisfação de um prazer (“le principe de plaisir”), como manifestação alegre duma “energia colectiva”: “Mais sans doute n’est-il pas si futile que cela d’affirmer aujourd’hui l’énergie joyeuse d’une intelligence collective” (p. 15).

Esta obra foi um êxito editorial, não só pelo volume de vendas, mas pela influência direta ou indireta que terá exercido no mundo académico em vários países. É certo que esta ânsia “modista” de mundialização não era nova, pois se Conrad desde o início do século XXI procurava dar um sentido

“mundial” ou “global” à história da Alemanha e até penetrar num mundo onde a historiografia livre é quase uma utopia, o Japão, e se já nos Estados Unidos tinha surgido uma obra que pretendia explicar a realidade nacional norte-americana no contexto das outras nações (Thomas Bender, *A Nation among Nations*, 2006) e se se procurava ver a “história global” como um projeto sobretudo anglo-saxónico, o certo é que a história da França de Boucheron tinha um *parti pris* (propositadamente usamos uma expressão francesa): o uso de datas como princípio. Foi esta “originalidade” – que só teve influência porque partiu de uma historiografia ainda assim conhecida no mundo, apesar da perda de importância da França neste domínio científico, como em outros âmbitos culturais, em relação à historiografia e à cultura de língua inglesa, o que mostra afinal que não é indiferente o lugar de onde parte a ideia de “mundialização” ou de “globalização” – que tornou esta obra famosa. E assim foi, até porque a imprensa francesa e o mundo académico a elogiaram e a acolheram de forma auspiciosa, tendo apenas como quase uma exceção (além das críticas que vieram da imprensa da direita, sempre à procura desesperada da afirmação nacionalista), a partir da revista *L’Observateur* (números de março e abril de 2017), a polémica protagonizada por um nome grande da historiografia francesa, da terceira geração da *Nouvelle Histoire*, outrora na moda e hoje esquecida ou lateralizada, Pierre Nora (n. 1931).

Nora, que se celebrizou como organizador de grandes coleções de obras em Ciências Sociais e Humanas, e também como coordenador e autor de referência sobre a memória (*Les lieux de mémoire*, 1984, 1987 e 1992), considerou a obra dirigida por Boucheron como “instrumentalizadora” e politicamente “militante”, procurando na “esquerda” – em detrimento da ciência – uma afirmação pessoal, e acusou o coordenador de manifestar uma ânsia de criação de “factos alternativos em época de pós-verdade”, ensaiando assim matar uma “verdade comum” que os historiadores aceitam como certa. Teria tentado forçar o descentramento e a mundialização da história de França, esquecendo por vezes o significado da memória e da identidade, através de artigos curtos, sem notas, fáceis de ler, em que se juntavam autores consagrados com jovens autores promissores.

Seja como for, e como se disse, a obra (que foi traduzida para inglês e mandarim) teve uma grande influência na criação de livros idênticos que surgiram no espaço europeu, não omitindo também a possibilidade de, em certo sentido, se tratar de um projeto editorial transnacional de “modernidade”. No mesmo ano surgiu em Itália uma *Storia mondiale dell’Italia*, sob a direção do investigador de História da Roma Antiga, Andrea Giardina (n. 1949), editada pela grande editora Laterza. O sistema utilizado nessa obra é semelhante ao francês e teve, pelo menos, grande publicidade, tendo sido apresentada com pompa e circunstância em importantes lugares

patrimoniais de Itália e difundida através da imagem, como se pode ver numa amostragem do *Youtube*. E, sem entrar em muito mais considerações, pode dizer-se que surgiram em catadupa várias outras histórias mundiais, não só referentes a espaços nacionais vistos desta forma mais ampla, como sucedeu com a Espanha, como aconteceu com experiências regionais, algumas pelo menos que assumiam um carácter autonómico ou mesmo independentista. Em resumo, foram editadas uma história mundial de Espanha (2018); uma história mundial da Catalunha (2018); uma história mundial da Flandres, escrita em holandês, surgida em 2018, e traduzida para francês em 2020; uma história mundial da Sicília (2018); e... uma *História Mundial de Portugal* (2020).

Apenas duas palavras para nos referirmos, graças à sugestão do nosso colega Sérgio Campos Matos, à repercussão da *Historia Mundial de España*, que foi coordenada pelo historiador galego, especialista em nacionalismos contemporâneos, Xosé Manuel Nuñez Seixas (n. 1966), e que, como a maioria das outras, saiu em 2018 (Barcelona: Ediciones Destino). A essa obra e à *História Mundial de Catalunya* (Barcelona: Edicions 62, 2018), dirigida por Borja de Riquer (n. 1945), professor de História Contemporânea da Universidad Autónoma de Barcelona, foi-lhe dedicada uma recensão crítica na importante revista espanhola *Ayer*, pelos historiadores Pol Dalmau e Jorge Luengo, da *Universitat Pompeu Fabra* de Barcelona (“Historia global e historia nacional: una relación insalvable?”, *Ayer*, 120/2020 (4), pp. 311-324).

A questão colocada pelos autores da recensão – e daí o título interrogativo – é se estas ditas “histórias mundiais” são “histórias globais” ou se têm o sentido de uma “história nacional” apenas com uma integração mundial, usada como pretexto para estudar o nacional. A sua ideia é que todos os historiadores deveriam fazer um exercício de “história global”, o que o coordenador da *Historia mundial de España* reafirma afinal na epígrafe de abertura da obra, ao citar o historiador britânico Christopher Alan Bayle (1945-2015), especialista em “história imperial” (foi professor da *Imperial and Naval History* na *Cambridge University*), em tradução para castelhano: “Todos los historiadores son hoy historiadores universales. Aunque muchos todavía no se han dado cuenta”. Exatamente a crítica fundamental apresentada pelos historiadores hispano-catalães à obra que recensaram é que nela não se explica ou não se discute o que é “história global” e como se pode distingui-la da “história mundial” (cf. p. 323), expressão utilizada na obra. Segundo eles, “mundial” e “global” não são o mesmo, pois vêem este último conceito – afinal como considera Conrad – numa perspetiva sobretudo metodológica. Explicando melhor: consideram como interessante o facto de entre as datas escolhidas não figurarem os emblemáticos anos de 1492 (“descoberta” da América por Colombo), 1808 (a invasão napoleónica de Espanha, no âmbito da “Guerra Peninsular”) ou 1936 (início da “Guerra

Civil” com o levantamento das tropas “nacionalistas”, que acabam por levar Franco ao poder) – nem 1975, acrescentemos, citando o próprio diretor da obra na *Introducción (Historia Mundial de España*, p. 16) –, mas entendem que a obra se torna “discutível” em alguns casos na inserção que faz da Espanha no mundo, que surge mais como uma espécie de fundo decorativo e noutros casos como estudo que se integraria na mais clássica história das relações internacionais. Num contexto mais vasto, consideram que a chamada “história global” deverá ser uma “perspetiva de análise” que tem de destacar as “comparações e interconexões entre as distintas partes do planeta”.

Transcrevendo exatamente o texto da recensão, Dalmau e Luengo dizem nas conclusões: “Lo importante de la historia global, en la misma línea que la historia transnacional o la poscolonial, es la voluntad de romper con aquellas unidades de análisis que tradicionalmente han dominado la historiografía, en especial el marco nacional, así como entender los procesos históricos de manera transversal e interrelacionada” (p. 323). E, procurando esclarecer, voltam à ideia de que o que importava numa “história global” era “descentrar” o ponto de vista e avançar para um enfoque multidimensional, ou, também como dizem, “provincializar Espanha”, incluindo também o ponto de vista do “Outro”: “incluir el punto de vista del «Otro», del colonizado, el evangelizado o el esclavizado, de aquellos que, formando parte tangencial del relato, han sido olvidados tradicionalmente en las historias tradicionales” (p. 324). Desta forma – terminam Dalmau e Luengo – este novo método deveria sobretudo “cuestionar el tipo de historia que necesitamos para dar sentido a las preguntas que nos plantea en siglo XXI” (p. 324).

É interessante este discurso, ainda que não conheçamos profundamente as obras que foram objeto da recensão crítica incluída na *Ayer*. Não porque estejamos de acordo completamente com ele, mas porque nos proporcionam motes para refletir sobre os “ensaaios” (destaquemos esta palavra) de “história global de Portugal” (*história global preferida a história mundial*) ou sobre uma “perspetiva” pretensamente original de analisar historiograficamente Portugal.

Uma “perspetiva” de Portugal para divulgação

Falaremos da *História Global de Portugal*. Antes, porém, é justo e oportuno falar de uma outra história, com um modelo idêntico, até porque o seu projeto editorial lhe é anterior. Referimo-nos a *Portugal, uma perspetiva*, surgida em 2019, dirigida por Rui Tavares (n. 1972), que sempre se apresenta profissionalmente como “historiador” (e assim é), embora seja mais conhecido pelas suas crónicas políticas de opinião da última página do

Público, em contraponto (à esquerda) com outro jornalista (este que assim se autodenomina, como se considera “liberal”), João Miguel Tavares.

A afirmada originalidade, procurada por novos historiadores e outros novos investigadores de “ciências sociais” (grande chapéu de chuva, que hoje abriga muitos cientistas ou ditos “cientistas” nessa área tão vasta e diversificada), é algo natural e intemporal. No entanto, mesmo os próprios historiadores com alguma experiência procuram aventurar-se por esse caminho da imaginação. É o caso do historiador britânico Niall Ferguson (n. 1964), a trabalhar nos Estados Unidos, nomeadamente na conceituada *Harvard University*, que publicou em 1998 uma *Virtual History*, que foi depois traduzida para português e publicada pela editora Tinta-da-china em 2006. Mesmo em Portugal, o historiador ou politólogo (como gosta também de se intitular e que é comentador assíduo da televisão) António Costa Pinto (n. 1953) ensaiou, no Instituto de Ciências Sociais (ICS), a partir de 2008, uma história contemporânea desse tipo, que se estendia por todo o século XX e inícios da centúria atual, “História virtual de Portugal (1908-2004)”, que julgo não ter sido editada até ao momento. Esta espécie de “nariz de Cleópatra”, como lhe chamava nos anos 60 Sílvio Lima (1904-1993) na sequência de Pascal, era algo imaginada, discutida teórica e literariamente, mas não mais do que isso. Sílvio Lima não era propriamente um historiador, nem estaria nos seus planos escrever uma história desse tipo. Do seu punho apenas saiu o clássico ensaio *O determinismo, o acaso e a previsão na História* (1943), que li então na 3.^a edição, da Coimbra Editora, de 1958. Mas digamos ainda mais, como mera introdução: o americano Thomas Friedman (n. 1953), jornalista do *New York Times*, chegou a publicar uma breve história prospetiva do século XXI (*The world is flat. A brief history of the twenty-first century*, 2006, com 2.^a edição em 2007), a que se seguiram outros livros do mesmo tipo.

Mas não se trata de uma “história virtual” ou de uma “história prospetiva” a história proposta por Rui Tavares, em obra de divulgação publicada pela Tinta-da-china e que foi vendida em “fascículos semanais” (queremos dizer “volumes” – 25 pequenos volumes de cerca de 100 páginas cada um) a par do jornal *Público*, a partir de junho do referido ano de 2019. Digamos, porém, mais algumas palavras sobre o diretor desta obra.

Rui Tavares, além de político e jornalista, formou-se como historiador, considerando António Manuel Hespanha o seu primeiro mestre. Veio depois a doutorar-se na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, de Paris (onde tive o gosto de ter sido durante algum tempo *Directeur d'Études Invité*), com a tese *Le Censeur Éclairé (Portugal. 1768-1777)*. Em Portugal publicou, no que diz respeito à História, além da sua dissertação traduzida (Lisboa: Tinta-da-china, 2018), sobretudo obras de divulgação, como

O pequeno livro do Grande Terramoto, e, com a Alice Samara, O Regicídio, saídos em 1.ª edição, respetivamente, em 2005 e 2008.

Portanto, pode dizer-se que se trata sobretudo, além de um ensaísta em termos políticos (com livros editados), de um historiador e de um divulgador em História, no sentido nobre do termo, pois considero que a divulgação deve derivar em primeira mão da investigação científica e ser uma análise fácil mas rigorosa, nunca simplista mas problematizadora.

A obra *Portugal, uma perspetiva* segue, no fundo, o mesmo ritmo das outras histórias mundiais de que falámos. Trata-se de uma escolha de datas e não propriamente um estudo cronológico comparado – do tipo do que foi publicado pelo Círculo de Leitores em 1997, por vários historiadores e didatas da História (*História comparada – Portugal, Europa e Mundo. Uma visão cronológica*) dirigido por António Simões Rodrigues (n. 1935) – ou mesmo centrado na realidade portuguesa que tomou o tempo de trabalho de José Adelino Maltez (n. 1951), no livro em dois volumes *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI* (Lisboa: Tribuna da História, 2004). Ou seja, Rui Tavares escolheu, com certeza com a ajuda dos cerca de 50 investigadores que colaboraram consigo, 25 datas, que vão desde 2019 ao período de 25-500 a.C., por esta ordem, pois a obra tem como originalidade, em relação às que anteriormente foram publicadas e à que será publicada um ano mais tarde, o sentido descendente, ou seja, mais precisamente, vai do fim para o início, não só da história de Portugal mas também do espaço onde *grosso modo* veio a surgir Portugal. Esta “originalidade” – que aliás pode ser pertinente, nomeadamente no ensino e até na narrativa histórica, como o fez Marc Bloch, que o autor cita, registando a importância da “Nova História” do pós-guerra – não será, todavia, tão original entre nós como pode parecer, pelo menos no campo do ensino das humanidades e mais precisamente das literaturas, pois há muito (através da aplicação do decreto n.º 53/78, de 31 de maio de 1978, de Sottomayor Cardia) que nos cursos de Línguas e Literaturas Modernas da nossa Faculdade de Letras a ordem das disciplinas ensinadas teve esse sentido “regressivo”. Mesmo no campo da História, recorde-se que a reforma do ensino liceal proposta por Fidelino Figueiredo, a pedido de Sobral Cid, ministro da Instrução Pública do breve governo de Bernardino Machado, em 1914, seguia essa ordem inversa, proposta que, no entanto, nunca chegou a ser adotada, mas que acabou por ser aprovada de modo efémero em 1918 no governo sidonista. E acresce que o sistema de periodização usado por Rui Tavares não difere muito do tradicional: Época Contemporânea, Época Moderna e Tardo-Medieval, e Época Medieval e Antiguidade (do século XIV até antes da Romanização). Neste sentido, devemos até dizer que a reforma do ensino das Faculdades de Letras de 78, na área da História, foi mais ousada pois,

em vez de seguir os mais que discutíveis períodos tradicionais da História, preferiu na sua distinção temática – História Económico-Social, História Política e Institucional e História das Ideias e das Mentalidades – adotar como limites períodos cronológicos amplos. Assim, além da Pré-História, das Sociedades, Culturas e Civilizações Pré-Clássicas e das Sociedades, Culturas e Civilizações Clássicas, dividiu-se a História por centúrias: séculos III-XIV, séculos XIV-XVIII e séculos XVIII-XX.

Pode dizer-se que o objetivo do modo de analisar a história é que difere, continuando ao ritmo do que lá fora se ia fazendo (conforme vimos), não apenas pelo uso de datas soltas, que nos dão propositadamente uma visão “fragmentada” da história, mas porque o diretor quis salientar, logo desde o primeiro volume referente a 2019 desta “história às avessas”, que era sensível às novas ideias e aos novos movimentos que se apresentavam ao mundo. Assim, destaca que o mundo foi mudando, com a afirmação de minorias, das mulheres e dos jovens, que caracteriza o “nosso tempo”, um tempo também marcado pela subjetividade das redes sociais e por debates diversos sobre várias questões, como os “descobrimientos” ou a escravatura.

No seu primeiro volume, que serve de Introdução à obra, não deixa, todavia, de vir ao de cima uma ideia de centralidade nacional, que, de resto, teria sempre de surgir tratando-se de uma “história de Portugal”, mesmo que se queira original e inserida nos “diversos contextos relacionais externos”. Assim o diz, salientando o (já velho) chavão do “global”: “a história de Portugal é marcada, de uma forma simultaneamente precursora e determinante para a história europeia e global, pela grande basculação do poder que ocorre globalmente em torno de 1500” (p. 28). E falando do “seu presente”, de 2019 e de anos anteriores – já se fala há muito da “história do presente”, mas aparece agora em várias obras com um selo de “modernidade”, por vezes baseada em entrevistas –, que analisa de forma curiosa e específica através dos jornais, não deixa de salientar alguns problemas sensíveis de hoje. Assim, refere o debate sobre o Museu dos Descobrimientos, anotando a acusação que era feita aos historiadores – no ano em que o Presidente da República visitou a ilha de Gorée, no Senegal, onde se fazia o tráfico da escravatura – de que eles e “outros cientistas sociais” alimentavam (citava Vítor Rainho, num artigo do jornal *I* e também Miguel de Sousa Tavares no *Expresso*) «uma onda de histerismo do politicamente correto [que] alastra a velocidade impressionante» (p. 83). Não era esta obviamente a sua posição, dado que entendia o contrário e, por isso, citava José Pedro Monteiro (que foi um dos seus colaboradores para a história de “1890”) que, numa afirmação que transcreve (p. 74), considerava “interessante” que “neste debate sobre o passado colonial, que voltou no último ano e meio ou dois anos”, se discutisse esse pretérito colonial e a escravatura “como não acontecia há muito”.

Devo dizer, como historiador que considera um dos objetivos da História a desmistificação da memória, que, em relação a essa temática muito sensível, ela é, na verdade, “interessante” mas não tanto no domínio da opinião e sim do seu estudo científico, que deve supor o conhecimento palpável da realidade que se pretende estudar. Ou seja, é talvez uma visão distorcida pensar que é importante apresentar “opiniões” sobre o colonialismo sem analisar, inclusivamente *in loco* e *in tempore*, essa realidade, tema que há muito deveria fazer parte da nosso objeto científico, como muitos de nós defendemos há décadas, até porque tivemos a dramática ocasião de conhecer as “colónias” e as suas guerras e de, com entusiasmo, orientar novos historiadores africanos.

Todavia, esta é apenas uma nota a que quase chamaríamos marginal, embora significativa, à nossa recensão que tem de prosseguir, neste caso não analisando os diversos volumes que fomos adquirindo e lendo, mas como ponto de passagem que foi para uma outra análise mais direta, a da *História Global de Portugal*. De resto, algumas reflexões que iremos apresentar dizem tanto respeito ao seu “conceito” (para empregar outra palavra da moda), como ao “conceito” desta outra obra de Rui Tavares, que a antecede.

A história de Portugal vista num sentido dito “global”

A História Global de Portugal, os seus responsáveis e o seu “conceito”

Aqui a palavra “global” aparece com todo o seu peso atual, ligada ao conceito de “Globalização”. Trata-se, pois, de uma *História Global de Portugal*, como se intitula e procura justificar, embora superficialmente, preferindo este conceito à palavra “Mundial”. Ou seja, recorre-se, utilizando a palavra mais comum no espaço anglo-saxónico, a um termo cheio de carga negativa e positiva, ao qual se procurou dar um sentido científico, por assim dizer, metodológico, e um objetivo didático.

Mas voltemos às palavras “globalização” e “global”. O adjetivo “global” – “considerado, tomado em globo, em conjunto” – está desde o século XX nos dicionários. Por exemplo, encontra-se nas atualizações dos dicionários de António de Moraes Silva ou de Cândido de Figueiredo. Já o substantivo é recente e só o vamos encontrar na edição de Houaiss do início do século XXI. É que o fenómeno da “globalização” é – como atrás dissemos – atual, ou foi “atualizado”, e traz consigo também uma onda de sensacionalismo, de atração e repulsa, de uso e abuso, levando também a uma análise crítica e polimórfica. Por isso, encontramos tentativas de reflexão ou de simples

utilização do seu texto e contexto nos mais variados estudos, em títulos de diversos colóquios internacionais – em certos casos como “decoração” (quero dizer, sem uma análise aprofundada) –, em intenções e programas políticos, em discursos de circunstância ou até em programas radiotelevisivos. Só para não sair do meu “quarto” (ou da minha biblioteca, parafraseando o título do célebre livro de Xavier de Maistre): filósofos como Miguel Baptista Pereira e João Maria André escreveram ensaios sobre a globalização ou analisaram conceitos “em tempos de globalização” (respetivamente, *Alteridade, linguagem e globalização*, 2003, e *Diálogo intercultural, utopia e mestiçagem em tempos de globalização*, 2005); o Museu Bernardino Machado com o seu diretor Norberto Cunha, em colaboração com Artur Sá da Costa, organizou em Vila Nova de Famalicão, em 2004, os “Encontros de Outono” sobre o tema *Europa, globalização e multiculturalismo*, cujas atas vieram a ser publicadas (2006); investigadores portugueses e brasileiros realizaram em 1998-2001 uma troca de estudos académicos, que vieram a ser publicados em São Paulo, sobre o diálogo Brasil – Portugal em tempo de globalização (*Transformações sociais e dilemas da globalização. Um diálogo Brasil/Portugal*, 2002); os coordenadores de colóquios internacionais e nacionais e os seus autores nunca deixam, aliás, de falar da globalização, como fez Maria Manuela Tavares Ribeiro num colóquio em Itália (*Il Portogallo nello spazio comunitario. Globalizzazione e coesione nazionale*, 2000), ou Fernando Taveira da Fonseca num colóquio sobre o “poder local” (*Poder local em tempo de globalização. Uma história com futuro*, 2005), ou Ivo Carneiro de Sousa no que respeita à relação Europa – Ásia (*Ásia e Europa na História da Globalização - Asia and Europe in the history of globalisation*, 2004); o economista Júlio Mota tem analisado o conceito criticamente, publicando um texto pedagógico e reportando-se ao tempo de Marx e Ricardo (*De Ricardo a Marx, de Marx a Ricardo, nos caminhos da globalização. Notas de uma aula de ontem, notas para uma aula de amanhã*, 2012), ou, com Luís Lopes e Margarida Antunes, não deixou de salientar as graves questões da “crise da Economia Global” (*A crise da Economia Global: alguns elementos de análise*, 2009); o geógrafo brasileiro Milton Santos, até à sua morte ocorrida em 2001, criticou a globalização como fenómeno de exploração dos povos, procurando encontrar “uma outra globalização” (*Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*); no domínio da literatura, Ana Maria Machado e outros colaboradores quiseram dar a um catálogo sobre o escritor esquecido Ruben A o título *Para um Ruben Global* (2005), e – mais significativo – está programada, em consonância com as várias obras de história a que nos referimos, que nomeiam datas como pontos de partida para breves discursos narrativos sobre temas diversos, a organização de uma “História Global da Literatura Portuguesa”, que ainda não veio a público; o militar e académico Francisco Proença Garcia, ao estudar a guerra colonial

de Moçambique, não deixou de utilizar o conceito de “análise global” (*Análise global de uma guerra – Moçambique 1964 - 1974*, 2003)... Os políticos e os governos insistem, evidentemente, em citar as palavras “global” e “globalização” nos seus discursos e até, espetacularmente, no título de novos programas (ou simples intenções, como pretendem os seus críticos), como fez agora Boris Johnson ao anunciar *Global Britain in a Competitive Age...* Televisões e emissoras de rádio utilizam o conceito “global” no título de alguns dos seus programas, como “Visão Global” (RTP) ou “Falar Global” (CMTV). Claro que a *Wikipédia*, no domínio da *Internet*, apresenta vários artigos sobre o tema, entre eles um sobre “História Global”.

Estamos, pois, perante um conceito que se tornou comum e que se pode transformar em trivial, como muitos outros (como o discutível conceito de “resiliência” que se encontra a eito em textos pretensamente científicos, assim, como em programas dos Governos, como no nosso “Plano de Recuperação e Resiliência”), se não for devidamente dissecado. Posso dizer que, num pequeno texto proposto para publicação numa revista de referência de que escrevi o parecer de arbitragem (*referee* em inglês, termo evidentemente mais usado), encontrei onze vezes utilizada a palavra “resiliência”, que já de si é discutível na sua aceção social, mas que o autor empregava sem critério rigoroso.

Devido à difusão e eventual importância destes “conceitos”, deve, pois, salientar-se – sem qualquer prejuízo – o significado de um dos diretores da *História Global de Portugal* que assumiu estes termos como objeto de estudo ou de titulação dos seus trabalhos e até de uma “cátedra”. Referimo-nos, obviamente, a José Eduardo Franco (n. 1969), que representa uma geração que pretende ser inovadora no âmbito da História e das ciências sociais, mas que não assistiu, nem poderia ter assistido, ao esforço de renovação, no que toca à historiografia, dos anos 60, em que o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, foi uma espécie de fronteira.

Na verdade, consultando a sua biobibliografia, muito cuidadosamente constante da *Wikipédia* e da informação da Universidade Aberta, onde rege uma “cátedra” (leia-se uma cadeira financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, FCT, intitulada “Infante D. Henrique para os Estudos Insulares, Atlânticos e a Globalização”), reparamos que, além de se ter também doutorado (como Rui Tavares) pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* em “*Histoire et Civilisations*”, com a tese *Le Mythe Jésuite au Portugal (XVIe-XXe Siècles)* (2004), orientada por Bernard Vincent, obteve a sua equivalência na área de “Cultura” pela Universidade de Aveiro e a agregação em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O seu *curriculum vitae* em termos de “grandes obras” – obras encomendadas e projetos seus ou de editoras –, geralmente com a colaboração de outros investigadores, é notório, nelas assomando quase sempre os conceitos “global” e “globalização” ou

qualquer outra palavra sensacional. Só como exemplos, anotemos: o projeto “Vieira Global”, organizado com Pedro Calafate, que incluiu a publicação da *Obra Completa*, em 30 volumes (2014-2015); *Jesuítas, construtores da globalização. Uma História da Companhia de Jesus*, obra publicada pelos Correios de Portugal (2016), com a colaboração de Carlos Fiolhais; *Fátima, lugar sagrado global* (2017), com a colaboração de Bruno Cardoso Reis; o projeto “Obras pioneiras da Cultura Portuguesa” (2015-2019), outra vez com Carlos Fiolhais; ou o *Dicionário dos Antis. A Cultura Portuguesa em negativo*, por ele dirigido, com a colaboração de quinze coordenadores e dezenas de autores (2019). O sentimento de inovação e de “empreendedorismo” (uma das suas obra, em *e-book*, com a colaboração desta vez de Maria Isabel Morán Cabanas, intitulada-se justamente *Empreendedorismo educativo dos jesuítas no Portugal Moderno*, 2012) constitui um aspeto essencial da sua característica de historiador e de organizador ou coordenador (*editor*, na língua inglesa).

Deste modo, compreendemos que uma das suas obras mais recentes, igualmente de organização ou direção, agora com João Relvão Caetano (n. 1970), licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, mestre em Economia Europeia pela Faculdade de Economia da mesma Universidade e doutorado em Ciências Políticas pela Universidade Aberta, tenha o título *Globalização como problema. Temas de Estudos Globais* (2020). E estamos certos de que tenha sido José Eduardo Franco a alma da organização da *História Global de Portugal* (2020), de que iremos, por fim, falar criticamente, como convém a uma recensão.

Antes de o fazer, passemos, porém, os olhos pela referida obra sobre o tema forte e sempre subjacente de “Globalização”. Os coordenadores, numa breve Introdução, não esqueceram as realidades e os vícios da globalização, referindo-se não só às “redes sociais”, às *fake news* e à “história virtual” de Thomas Friedman, mas também ao próprio programa *Big Brother, reality show* introduzido em 2000 pela TVI (que hoje até tem um canal dedicado, salientemos), recordando ainda – como convém – a famosa figura criada criticamente por George Orwell em 1949, na obra *Nineteen Eighty-Four*. Todavia, seduzidos mais pela novidade do que pelos seus eventuais defeitos, que é importante aprofundar, consideraram que a “mundialização” ou a “globalização” (termo anglo-saxónico que – recorde-se uma vez mais – haveria de se impor) levava à emergência dos “estudos globais”. Num claro exagero – pelo menos para a minha geração – da sua novidade, apresentam a “globalização” como “uma nova chave de leitura do mundo”. Mais: citando, como é comum, o clássico conceito da “aldeia global” do canadiano Marshall McLuhan, dos anos 60, apresentam a “globalização” como: o “rompimento progressivo do método nacionalista de ler a organização e o funcionamento do mundo”. E dizem ainda, como se isso fosse uma realidade absolutamente

nova, ultrapassados que foram os “fascismos” e outros nacionalismos radicais (que parecem agora surgir sob outras formas, de tipo populista) e despertado o mundo para novas conceções universais: “Cada vez se abdica mais de ver o mundo a partir do umbigo nacional, o que configurou uma história de saber marcada por um reducionismo político e social, para passar a olhá-lo com base numa metodologia heterónima e mesmo heteróclita” (p. 7).

A finalizarem este texto entusiasmado e para mostrarem que não esqueceram os vícios da globalização, terminam os organizadores com expressões tanto ambiciosas, falando do “saber humano total”, como “politicamente corretas”, afirmando a sua opção por “uma globalização de rosto humano” (p. 10).

O livro é – como quase todos os outros a que José Eduardo Franco nos habituou e como já notámos – uma obra de colaboração, o que completa “o política e culturalmente correto”, com autores de várias gerações, formações e ideologias, como Adriano Moreira, José Seabra Pereira, António Mega Ferreira, Eduardo Paz Ferreira, Onésimo Teotónio Almeida ou Gonçalo M. Tavares, só para citar alguns nomes entre os doze autores (apenas um deles de Coimbra, apesar de a obra ter sido publicada pela sua Imprensa da Universidade, o que só demonstra a abertura que sempre a caracterizou), autores que escreveram artigos diversos, de índole filosófica, pedagógica, política e literária, tendo como tema direto ou indireto a “globalização”. Não surgem propriamente historiadores, o que sucede na obra sobre a qual vamos, finalmente, refletir – a *História Global de Portugal*, publicada no mesmo ano de 2020 pela Temas e Debates, mas preparada obviamente com muito mais tempo de antecedência, tendo em conta a sua extensão e os muitos autores que participaram na sua escrita.

Antes de a analisarmos na sua conceção, aliás pouco original (adiantemos desde já – afirmação previsível tendo em conta a análise que antes fizemos), chamemos a atenção para os outros dois diretores da obra: Carlos Fiolhais, nascido em Lisboa no ano de 1956, mas licenciado e professor em Coimbra, onde passou a maior parte da sua vida, com doutoramento na Alemanha; e José Pedro Paiva, nascido em Coimbra no ano de 1960 e aqui licenciado e doutorado, professor da sua Faculdade de Letras, de que foi diretor, assim como foi, concomitantemente, diretor do Arquivo da Universidade.

O primeiro é sobejamente conhecido como físico, autor e organizador de obras de divulgação científica (entre elas, *Física divertida*, da editora Gradiva) e comentador de televisão no amplo sector da Cultura. Cientista e produtor cultural premiado, foi, além de diretor da Biblioteca Geral da Universidade, o fundador do “«Rómulo» – Centro de Ciência Viva da Universidade de Coimbra”, que tomou como patrono Rómulo de Carvalho, grande divulgador da Ciência e notável poeta com o nome de António Gedeão.

O seu papel na direção desta *História Global* terá sido, fundamentalmente, no âmbito da História da Ciência, área em que publicou, além de obras sobre temas específicos, com a colaboração de outro investigador (Décio Martins), uma breve história (*Breve História da Ciência em Portugal*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010), que teve depois outras réplicas na editora da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

O segundo é historiador de raiz, tendo uma vasta obra publicada no âmbito da Época Moderna e, mais especificamente, da história da Igreja e da Inquisição, da história religiosa e do Império Ultramarino. De onde o facto de, além de pertencer ao Centro de História da Sociedade e da Cultura (fundado em 1976 por José Sebastião da Silva Dias, muitas vezes esquecido), ser colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. O seu papel na direção da obra não é claro, ao contrário do de Fiolhais, pois não foi o coordenador da parte em que é especialista, embora tivesse assinado alguns “artigos” na sua área de trabalho.

Começamos pela “Introdução Geral”, assinada pelos três diretores. Em síntese, poderá dizer-se que, depois de uma referência à “globalização” e à emergência da “história global”, com citações diversas e já usuais de autores anglo-saxónicos e do incontornável alemão Sebastian Conrad, o texto fala genericamente dos seus antecedentes, evocando, no caso português, após referir o sempre citado texto de Pedro Nunes sobre o alargamento dos horizontes no seu tempo, apenas a novidade da conhecida obra de Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a economia mundial* (1963). E essa Introdução fala, evidentemente, do caso específico do livro que procura apresentar, salientando não só a originalidade do espaço português, como da história que se pretende fazer, na lógica do contraste já nosso conhecido (porque falado por todos os diretores das histórias deste tipo, genericamente citadas) entre a “história nacional” e a “história mundial” ou a “história global”, expressão anglo-saxónica por que se opta.

Respigamos, neste último contexto, apenas mais alguns passos:

Acerca de Portugal, na visão dos historiadores e divulgadores que dirigem a obra, diz-se, por exemplo, de uma forma “quase épica” e “dramática”, a justificar a “globalidade” da história que se pretende apresentar e como se isso fosse uma novidade não dita e pensada há muito e também discutida por historiadores e “ensaístas”: “Portugal foi ponto de chegada e de partida de gentes, culturas, línguas, ideias, tendências de gosto, comportamentos, crenças, instituições, produtos que sempre foram variáveis e que aqui e nos ubíquos lugares onde chegaram imprimiram sinais de miscigenação plurimodal, que foram enriquecendo as cores do mundo, mas também provocando disrupções, violência, tantas vezes guerra, sofrimento e fenómenos de resistência” (p. 18). Sintetizando, diz-se, a finalizar a

Introdução: “Portugal é o resultado de incontornáveis dinâmicas de diálogo e de choque com outros lugares. E o mundo tem traços de mediações que os habitantes do espaço de Portugal espalharam” (p. 19). E, noutro passo anterior, sobre a história global de Portugal que se deseja contar, fala-se da antiguidade do país, mas acentua-se que as nações são “entidades jovens que se definiram e consolidaram apenas no século XIX”, e que “a história global tem milénios, ao passo que a história das nações não tem mais do que alguns séculos” (p. 17). Salienta-se ainda que os cerca de 80 investigadores que iriam abordar os vários temas em 93 textos, agrupados em “cinco blocos cronológicos” antecedidos de uma Introdução de cada coordenador (cf. pp. 18-19), eram “especialistas das mais diversas subáreas da História” (p. 19) e “dos locais, dos factos e das pessoas abordados” (p. 17), opondo-se assim à ideia de que a “história global” não se importava com os espaços limitados, com as pessoas e os acontecimentos. Depois de convidar o leitor a construir “uma visão não paroquial da história de Portugal”, conclui-se com esta promessa auspiciosa, quase diríamos de *marketing* (palavra e prática também muito usual): “É esta fascinante história que aqui se pretende contar para melhor percebermos quem somos e o mundo em que vivemos” (p. 19).

Ficou já claro que, se temos, naturalmente, em consideração os diretores da obra, também é e será evidente nas nossas reflexões o maior respeito pelos coordenadores e pelos autores e os seus textos, e que entendemos que há e haverá sempre novas áreas de trabalho do historiador a descobrir, como o fazem alguns, nomeadamente nas relações de Portugal com o mundo. Do que temos dúvidas é da originalidade deste conceito fundamental de “história global”. Digamos que apenas ele é agora polido por ideias que se pretendem novas em função do conceito-base que constitui a “globalização”, ideias que carecem cada vez mais de discussão. Se Vitorino Magalhães Godinho abriu as portas a uma visão aberta de Portugal no mundo económico com “o inovador conceito de complexo histórico-geográfico”, não é certo que tenha sido ele – como se poderá deduzir – o único a quebrar o “padrão” da história nacional, “bipolar” e “dualista” (na lógica de “nós e os outros”) (p. 15). Também o fizeram, cada um a seu modo, ensaístas como António Sérgio, e, evidentemente historiadores, como Silva Dias, Oliveira Marques, Borges de Macedo, Joel Serrão, Luís Albuquerque, António de Oliveira, Jorge Alarcão, Luís Ferrand de Almeida, António Borges Coelho, José Mattoso e vários outros das mesmas e de mais novas gerações, alguns a que tenho chamado “de oposição” (política e historiográfica) e que deram o seu contributo para essa visão, sendo uns citados nesta obra e outros não, consoante a simpatia ou o conhecimento, ou a ignorância, em relação ao seu trabalho. Mesmo se recuarmos e analisarmos as mais recentes histórias de Portugal, quase todas saídas depois do 25 de Abril, e mesmo a do projeto aparentemente nacional

da história dita “de Barcelos” (da Portucalense Editora), dos anos 30 do século passado, notaremos que nunca a história de Portugal é vista numa visão “paroquial”, até porque os historiadores portugueses (raros foram os “historiadores nacionalistas”, ou integralistas, e os “historiadores de regime”, apesar da oficialidade pretendida pelo ensino da História no Estado Novo, de que tenho sobejamente falado noutros textos) se habituaram desde sempre a conhecer o mundo, mesmo que fosse só através dos livros de História. Basta conhecer qualquer biblioteca de uma boa instituição de ensino e de investigação (para não falarmos das bibliotecas pessoais) e verificar-se-á a proliferação de obras “atuais” (em relação à época em que foram adquiridas) e em diversas línguas, pelo menos as mais comuns. Se o mesmo não sucedeu noutros países, onde em muitos casos os historiadores só conheciam, e ainda em certos casos apenas conhecem, as obras publicadas na sua língua e na que é mais divulgada (sobretudo o inglês, como outrora foi o francês), isso não tem que ver com a nossa historiografia desde há décadas, em que a “abertura” foi sempre afirmada, em certos casos quase diríamos como uma “arma política e cultural”.

Os coordenadores das várias épocas – os arqueólogos João Luís Cardoso e Carlos Fabião, o medievalista Bernardo Vasconcelos e Sousa, a modernista Cátia Antunes (que, pelos seus estudos e pela sua vivência nos Países Baixos, será talvez a mais entusiasta da história dita “global”) ou o contemporaneísta António Costa Pinto (que, devido à sua dupla função de historiador e politólogo, também o será) – são historiadores credenciados e conhecem bem a história que se fez e, por isso, concordarão também com certeza que, se estão a tentar fazer “história global”, ela há muito que se pretende fazer, não no sentido de pretensa “modernidade”, em tempo de “globalização”, mas no sentido de analisar a realidade num sentido, utopicamente, poliédrico e “total”. E alguns historiadores citados e outros que poderíamos nomear procuraram refletir sobre ela não somente em termos de nova narrativa, mas também por vias teóricas, metodológicas, epistemológicas, sem, na maioria das vezes, encontrarem um campo aberto ao diálogo ou ao debate.

Mas se o conceito da “história global” é algo discutível, não pela abertura que tem ou pretende ter, que por todos é saudada, mas pela sua tão autopropalada originalidade e atualidade – digamos antes que se integra num processo em constante atualização –, ainda menos é original o conceito-tipo, aqui adotado, de “história global”. Como se sabe e já se disse, e os diretores não deixam de notar, houve antes várias histórias ditas “mundiais” (ou “globais”) que iniciaram e seguiram este plano, o qual se tornou, e parece continuar a ser, uma espécie de “modelo a cumprir”.

Na verdade, no seguimento de outras que conheço, melhor ou pior, as datas são epicentros ou pontos de partida dos “capítulos” (chamemos-lhes

assim), que se agrupam por épocas. No presente caso, a organização periódica tradicional: 5 “capítulos” ou datas em Pré-História e Proto-História com a colaboração de 6 investigadores, 14 em Antiguidade com 4 investigadores, 20 em Idade Média com 22 investigadores, 31 em Época Moderna com 34 investigadores, e 23 em Época Contemporânea com o mesmo número de autores. Assinalo que só nas duas primeiras unidades epocais, como seria natural, as datas são muito abrangentes e, no que refere a todos os períodos, há (como se disse) uma Introdução dos coordenadores, que, à exceção de António Costa Pinto, assinam também um ou mais capítulos. No total temos, pois, 93 “capítulos”, “artigos” ou datas que servem de base à narrativa, com a colaboração de 89 ou 88 investigadores (considerando também os coordenadores quando são autores e tendo em conta que alguns autores surgem em mais de um “capítulo”). Portanto, trata-se de uma história aberta, porventura, “global” (como pretendem os diretores), mas “fragmentária”, característica que foi assumida na história de Rui Tavares mas não nesta que, à partida, tem outras intenções de maior amplitude e responsabilidade, e onde não se afirma na escolha (como dizia Boucheron) o “princípio do prazer”.

O conteúdo da *História Global de Portugal*

Não vou, como é óbvio, analisar a obra capítulo a capítulo, obra que foi por mim lida integralmente e onde aprendi – como seria normal – em áreas que menos conheço, nem pretendo de modo algum (como já sobejamente disse) pôr em causa a idoneidade dos investigadores e dos seus textos, até porque eles não refletem, nem podiam refletir, a profundidade das suas pesquisas. Alguns capítulos são muito simples (não diria simplistas), manifestamente didáticos, e não pretendem interrogar a história que se fez e faz sobre os temas tratados, desmistificando “ideias feitas”, como convinha a uma obra deste tipo. Digamos mesmo – que me perdoem na generalidade os autores, muitos dos quais conheço, admiro e estimo – que nalguns casos parece que os “artigos” foram feitos para caber na tal conceção de “história global” e outros quase diria que foram tirados da gaveta ou do seu arquivo e adaptados ao objeto. E todos se encaixam num modelo previamente estabelecido, em número de páginas (cerca de cinco) e em citações bibliográficas (o mesmo número), sem notas de rodapé, o que impossibilita grandes aprofundamentos e justifica a não citação de autores que foram percussores na análise de alguns problemas abordados. Neste caso, vou apresentar, por agora, apenas um exemplo: o artigo intitulado “1680 – Instauração da Colónia do Sacramento” (pp. 433-438) nem sequer refere na bibliografia as obras fundamentais dedicadas ao tema por Luís

Ferrand de Almeida (*A colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*, 1973, e *Origens da Colônia do Sacramento — o regimento de D. Manuel Lobo*, 1982), nem sequer a sua obra mais recente dedicada ao Tratado de Madrid (*Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid*, 1990), para não falar da sua tese de doutoramento de 1957 (*A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*). Por outro lado, a quase ausência de gravuras e de mapas (com exceção do planisfério de Cantino) evita que se tenha uma consciência clara dos objetos abordados por certos artigos. Mas, de resto, como se referiu de outras obras organizadas por José Eduardo Franco, cujo dinamismo tem de ser encarecido, diria que o naipe dos colaboradores se insere na lógica do “política e academicamente correto”. De modo diferente da obra de divulgação de Rui Tavares (o qual selecionou sobretudo novos investigadores), pode dizer-se que os colaboradores, uns historiadores de renome e outros mais jovens de bom currículo, se distribuem de forma equilibrada pelas diversas universidades, com alguns de nacionalidade estrangeira ou que trabalham em universidades do exterior, embora neste caso sejam todos das chamadas universidades dos países do normalmente chamado “Ocidente” (Europa, Estados Unidos, Canadá e Brasil).

Porém, o que importa, sobretudo, será discutir o modelo deste tipo de história nas suas linhas de força fundamentais. Se entendo que a sua originalidade é duvidosa, assim como o seu sentido problematizador (que considero uma das virtudes mais importantes da História), o mesmo digo do seu afirmado sentido não internalista. Na verdade, pode dizer-se que em muitos casos a ideia de colocar Portugal no mundo, contraditoriamente, é geradora de um certo sentido nacional (não direi nacionalista), que, à partida, se pretende contrariar. Ou seja, pode dizer-se que – e estou a pensar na reflexão de Jeremy Adelman (*What is global history now?*, 2017) ou no interrogativo artigo de Richard Drayton e David Motabel, no *Journal of Global History* (*Discussion: the futures of global history*, 2018) – o que aparece focado na obra (ressalvando os casos da Pré-História, Proto-História e Antiguidade, em que Portugal não existia nem como potencialidade de “Estado-Nação”), é Portugal e o mundo, Portugal e o “outro”, e não a transnacionalidade, que, embora com base em Portugal, refletisse acerca das várias realidades “globais”. Note-se, por exemplo, que, pelo menos aparentemente (não existe na obra uma informação minimamente detalhada da biobibliografia dos colaboradores), não se identifica nenhum historiador africano nem asiático, apesar de Portugal ter uma relação secular com África e com a Ásia. Mas já falaremos mais especificamente deste caso.

O princípio da obra, como de outras de que falámos, é, pois, o princípio cronológico e as épocas com a divisão clássica. Ora, para compor a tal “história global” de que se fala é quase impossível utilizar esta base de

reflexão. O que deveria – a meu ver – ter sido a estrutura de uma obra deste género seria sim partir de grandes temas, que deveriam ser em muito menor número e abarcar grandes espaços e tempos longos. Assim, seria mais correto chamar à obra “Temas de História Global. O Mundo e Portugal”. Mas não se utilizou este caminho, seguindo antes um modelo que, apesar de recente, se vem a repetir e se encontra já gasto à partida.

Explicarei melhor – dentro da minha visão do que se convencionou chamar “história global” (algo discutível mesmo por aqueles que a defendem e a praticam) – com meros exemplos, sempre respeitando os seus autores (que não cito, apenas porque jamais os quero pôr em causa):

Não é possível abordar a política de casamentos, fundamental em qualquer monarquia em toda a sua vigência, apenas referindo o caso dos sempre tão falados casamentos na Idade Média, com o título poético “1146 – Casar por amor à Coroa” (pp. 209-213). O mesmo se dirá das ordens e congregações religiosas que atravessam, com as suas características diversas, um tempo longo (mesmo que se venha a falar dos jesuítas, cujo sentido e discussão perpassa em várias épocas, até diria a atualidade, mas omitindo o caso dos oratorianos), tema abordado sobretudo para a Idade Média e para a Época Moderna, no primeiro caso com o nome “1153 – Uma religião sem fronteiras: as ordens religiosas” (pp. 221-226). Ainda com mais significado se poderá falar do caso da Universidade, referida quase apenas no seu processo de formação do fim do século XIII (“1290 – Uma universidade que viria a ter projeção global”, pp. 251-256), esquecendo toda a sua evolução, nomeadamente no século XVI (não é citada a obra fundamental de Silva Dias, *A política cultural da época de D. João III*, 1969), omitindo a sua expressão pombalina e a importância que lhe foi dada durante a época contemporânea pelo Liberalismo, pela República, pelo Estado Novo e pela Democracia, e as críticas e polémicas que suscitou. De resto, é notória a falta de reflexões sobre a Instrução Pública e a “Educação Nacional”, que constitui uma temática de grande significado transnacional. O mesmo se poderia dizer das epidemias e pandemias – tema hoje muito falado, por razões óbvias – que, se foram abordadas para o caso da Idade Média relativamente ao caso exemplar da peste negra (“1348 – Peste negra – o flagelo que foi quase «global»”, pp. 269-275), não o foram para os casos de outras doenças epidémicas e pandémicas como são os do tifo, da varíola (que originou a “globalização” da primeira vacina, que teve em Portugal, na Academia das Ciências, o seu centro de organização e difusão), da raiva, da pneumónica ou “gripe espanhola”, ou do paludismo, também conhecido por sezões ou malária. De resto, as questões sanitárias da assistência, de carácter tão “global”, são praticamente omissas, apenas se citando a “data canónica” de 1498, da fundação das Misericórdias pela rainha D. Leonor, na sua extensão

ao norte de África (“1498-1500 – Arzila, Ceuta, Tanger e Alcácer Ceguer: o fenómeno global das Misericórdias”), mas não ao Brasil, onde permanecem ainda como símbolo e prática, sendo comum em quase todo o território as instituições da “Santa Casa”.

Passemos a questões mais específicas sobre as quais nos interrogámos:

Como é possível compreender a União das monarquias ibéricas e a Restauração numa visão “global” (ou seja, vendo a história por todos os lados e não apenas pelo lado das relações internacionais em sentido estrito) apenas falando da “união do mundo”, referindo-se a 1580 (pp. 403-408), ou à “rutura luso-espanhola” e à “mudança de uma ordem mundial”, concernente ao período de 1640-1648 (pp. 421-426)? Omite-se nesses discursos as transversais questões sociais (abordadas por Vitorino Magalhães Godinho, António de Oliveira ou Joaquim Romero Magalhães) ou os grandes debates ideológicos de tipo “transnacional”, até porque “englobaram”, além da luta entre poderes, questões religiosas ou eclesiásticas de grande importância no tempo, que lhe estão subjacentes ou que derivam dessa luta. Como falar de uma “religião para o mundo”, invocando o caso do Padroado, com referência a 1514 (pp. 353-359), ou da Inquisição, citando a tristemente famosa data de 1536 (pp. 373-378), sem referir a originalidade dos estudos de Silva Dias sobre as correntes do sentimento religioso (*Correntes do sentimento religioso em Portugal*, 1960) e sem citar as religiões dos “evangelizados”, algumas como o islamismo ou as religiões do “Oriente”, que estavam bem enraizadas e politicamente consolidadas, e a perseguição do Santo Ofício, não só dirigida contra os cristãos novos que judaizavam, mas também, por exemplo, contra os erasmianos, muitas vezes confundidos com luteranos? Aborda-se o tema da “institucionalização do protestantismo em Portugal”, com referência a 1834 (pp. 519-524), mas nada se diz sobre o reaparecimento do judaísmo, e das suas sinagogas, ou mesmo do respeito que se teve, até no Estado Novo, por razões estratégicas, sobretudo no “Ultramar”, pelo islamismo, com as suas mesquitas, ou mesmo da tolerância em relação às religiões animistas. Fala-se da revolta dos “escravos de São Tomé” em 1517 (pp. 361-365) ou da “insurreição pernambucana” em 1645 (pp. 427-432) ou da “independência do Brasil” em 1822 (pp. 503-509), mas omitem-se todas as revoltas que no Brasil, na Índia ou na África se deram até aos nossos dias, não abordando de forma direta, na época colonial do Estado Novo – em que se fala apenas, genericamente, com a estranha designação “Portugal como Estado pária nas guerras coloniais tardias”, referindo-se a 1961, ano do início da guerra em Angola, a que se seguiram as de Moçambique e da Guiné (pp. 617-623) –, os movimentos independentistas que tiveram uma expressão “global”, com base em ideologias anticolonialistas e com apoios soviéticos, chineses ou de países europeus, como a Suécia, não citando sequer qualquer historiador

africano ou com experiência africana que tenha abordado o tema de forma científica e com conhecimento íntimo da realidade.

Fala-se do curioso caso do aparecimento do arroz nas terras de Santarém e da “globalização dos produtos alimentares” no recuado ano de 1509 (pp. 347-351), mas omite-se todo um intercâmbio que se dá até aos nossos dias (sobretudo agora), que está a ser estudado “globalmente” por novos investigadores. É importante falar do bacalhau e dos complexos caracteres geográficos, económico-sociais, políticos e culturais que lhe andam ligados – o pequeno texto surge da pena de um especialista, com referência a 1934 (pp. 585-591) –, mas o que dizer de outros tipos de alimentos que ocupam espaços transnacionais e nacionais, como os produtos tropicais (ou coloniais?), a sardinha ou o queijo ou os vinhos, de que se aborda a primeira “demarcação”, talvez a mais importante, do “vinho do Porto” (pp.475-480), mas que não pode esquecer a do vinho da Madeira ou do moscatel de Setúbal e das várias demarcações do continente e da sequencial expansão dos produtos vitivinícolas?

Quase se omite o significado das invasões francesas e da presença inglesa, com o seu sentido transnacional, apenas referido, em relação às primeiras, a propósito da “transferência da corte régia para o Brasil”, em 1807 (pp. 487-493), como quase se omite o sentido do constitucionalismo liberal, republicano ou democrático, de grande significado “global” e de grande atualidade no ano em que se celebra o bicentenário da Revolução de 1820, a caminho da celebração dos 200 anos da Constituição de 1822. O sindicalismo ou o caso dos direitos da mulher, temas que deveriam ter um tratamento longo no espaço e no tempo, não têm relevância.

Não se esqueceu o caso do que se chegou a considerar, por parte da Oposição, os três FFF do Estado Novo (referido por um dos autores – p. 578), mas ficou-se pelo caso do Futebol, de “Eusébio, o lusotropicalismo e a globalização das ideias desportivas” (pp. 625-632) e por “Fátima, santuário global” (pp. 573-578), tema que já havia sido abordado por José Eduardo Franco que, seduzido por temas religiosos, apaixonadamente (o que não é conveniente para um historiador), tinha publicado também, em co-autoria, entre outros, um livro intitulado *Francisco, nome de santo: São Francisco, São Francisco Xavier e Papa Francisco* (2015). Mais uma vez se nota o carácter, por assim dizer, “parcelar”, “orientado” e “centrado” da análise feita, pois de Fátima fala-se da “globalidade” da sua difusão, mas não dos seus antecedentes e da sua integração na época de 1917 e, sobretudo, da “globalidade” das suas origens e da crença fundamentalista e milagreira das “aparições” em Portugal e no mundo, e até das origens integristas, pela via franciscana (mas não dominicana), do culto de Nossa Senhora da Conceição, o que aumenta o sentido da discutida “virgindade”,

ligada a uma cultura universitária e teológica de “catolicismo único” e de nacionalismo restauracionista português. Como diriam os cultores mais críticos da “história global”, há uma “globalização do nacional”, em análise que importa fazer, mas que tem de ser completada com outras talvez menos “politicamente convenientes”. Quase o mesmo se pode dizer de Eusébio. Se se pode falar da questão do lusotropicalismo e da sua “globalização” no espaço dos sentimentos futebolísticos nos anos 60, terá de se explicar como é que, em plena democracia, em 2015, a Assembleia Nacional votou um projeto de todos os partidos com a resolução da transferência do seu corpo para o Panteão Nacional (fora do lusotropicalismo, recorde-se que hoje Cristiano Ronaldo deu o nome ao aeroporto internacional do Funchal). A trasladação do corpo de Amália Rodrigues para o Panteão já se havia verificado em 2001 e o Fado foi considerado – depois de ter sido entendido como uma canção fatalista, pela direita e pela esquerda – património imaterial da Humanidade pela UNESCO em 2011 e, todavia, apesar de haver em Portugal excelentes historiadores sobre este tipo de canção nacional (ou lisboeta) e de ela ter uma ressonância “global”, o certo é que não aparece nenhum capítulo sobre esta temática nas páginas desta *História*. E o mesmo poderia (e talvez devesse) suceder com o cante alentejano, com José Afonso, como voz das oposições, ou, de uma forma romântica, com a canção portuguesa mais “global”, que aliás tem merecido interessantes análises radiofónicas e televisivas. Referimo-nos a “Coimbra”, de Raul Ferrão e José Galhardo, que foi cantada pela primeira vez por Alberto Ribeiro no polémico filme *Capas Negras* (1947), de Armando Miranda, e veio a transformar-se em outra igualmente “global”, com o título e uma letra diferentes, de encarecimento nacional ou nacionalista, “Abril em Portugal”. Mas, fora deste contexto dos três FFF, é notória a ausência da abordagem da música (incluindo a música dita impropriamente “clássica” ou, pela sua difusão, a das bandas filarmónicas e dos “ranchos folclóricos”, e até da música recolhida nos meios considerados autenticamente populares, como o fez Michel Giacometti, em termos de antropologia cultural). E isso sucede numa obra considerada “global”, apesar da música ser uma das formas mais universais de comunicação estética.

Curiosa e estranhamente nenhum “capítulo” encontramos também sobre a imprensa (como arte de impressão, desde o século XV), a fotografia, o cinema, a rádio, a televisão ou o jornalismo e outros meios de comunicação social, de propaganda de regimes ou de oposição. O mesmo se passa com a reprodução ideológica desde o Liberalismo até à Democracia, passando pelo Estado Novo, onde apenas se fala, com referência a 1940, da conhecida Exposição do Mundo Português (pp. 593-598), ou com o fenómeno da repressão (apenas ligeiramente falada na interpretação do salazarismo no

tempo das “ditaduras de entreguerras” – pp. 579-584), que são, qualquer deles, fenómenos “globais”.

Se se fala da arte em alguns textos de interesse – acerca do românico e do gótico (pp. 181-186), sobre o Palácio de Mafra como “visão global do Barroco” (pp. 445-451) ou sobre Amadeo de Sousa Cardoso (pp. 559-564) – não deixa de se ter de salientar a ausência de um texto sobre a nossa arquitetura contemporânea, sobretudo da arquitetura em tempo do Estado Novo e a de hoje, que são verdadeiramente “globais”. Se se fala dos casos “nacionais” e “globais” de Pessoa e de Saramago, aos quais se quis juntar, justamente, o de Lobo Antunes (pp. 645-651), como fenómenos de “internacionalização da literatura portuguesa” e tendo como data de referência, evidentemente simples gralha, 1988 e não 1998, ano da atribuição do Prémio Nobel ao romancista do conhecido *Memorial do Convento* ou de *O ano da morte de Ricardo Reis*, não se pode esquecer que a cultura e a literatura são alguns dos factos mais “globais”, que têm de ser interpretados ao longo dos tempos. Por isso se aborda a literatura medieval, quando se forma a “literatura portuguesa” (pp. 233-238), e Camões, que mereceu uma discutível mas curiosa interpretação (pp. 397-402), com base no texto polémico de António José Saraiva, esquecendo mais uma obra de Silva Dias, em termos de história da cultura. Mas, por exemplo, omitiu-se o impacte internacional do movimento neo-realista, de Ferreira de Castro e da sua obra *A Selva* (1930) ou, na versão inglesa, de 1935, *Jungle* (o *New York Herald Tribune*, através da jornalista Marguerite Harrison, em 3 de fevereiro de 1935, lamentava que a obra até então tivesse sido escrita originalmente numa língua, o Português, pouco conhecida) ou o movimento de solidariedade sentido em diversas partes do globo em defesa da liberdade de expressão dos nossos escritores, perante a ação repressiva da Censura e da Polícia Política.

Enfim, depois da proveitosa leitura crítica que fiz desta obra, poderia multiplicar os casos que me mereceram dúvidas, com risco de me enganar (o que deve suceder também nas situações que citei), os quais deveriam originar uma salutar discussão. Todos sabemos que uma História de Portugal – como qualquer outra obra de história sobre uma área mais lata ou mais restrita – supõe sempre uma escolha, com as naturais lacunas, porque a escrita é também uma seleção, porque muitos temas não foram ainda abordados cientificamente e porque não se pode ter acesso livre às fontes que poderiam ser o ponto de partida para outros temas ou para análises mais profundas. Do mesmo modo, passa sempre por uma seleção discutível dos autores, alguns dos quais, apesar de possivelmente contactados, manifestaram por certo a sua indisponibilidade.

Acima de tudo, o que quis salientar é que uma obra de História deste tipo possui critérios polémicos de organização e um sentido prático de

“estratégia editorial” que nem sempre têm a ver com os objetivos científicos e de divulgação dos seus diretores, coordenadores e autores. Seja como for, consideramos que uma obra pretendida, inovadoramente, como “global”, mas que afinal segue um “modelo” que já foi debatido, não pode ter omissões como aquelas que encontramos, nem tratamento de temas que acabam muitas vezes por ser “globalmente nacionais” e apresentados de forma superficial ou meramente didática. De resto, para melhor conhecermos as suas qualidades e os seus naturais defeitos, um livro deste tipo – já que, assumidamente, não tem notas de rodapé ou no fim da obra e quase não nomeia fontes –, teria sempre de ter um índice analítico, o que não sucede, ao contrário do que acontece com a *Histoire Mondiale de la France*. E esta tem a seu favor ter sido, provavelmente, a primeira experiência deste tipo e conduzida, de modo assumido, pelo “princípio do prazer” – para quem organiza, escreve e lê.

Será que vale a pena falar de “História Global”?

Volto, à maneira de conclusão, ao início do problema.

Começo por dizer que a História é uma ciência, e não uma arte, porque deve tentar encontrar uma forma objetiva de se apresentar e não ser uma retórica, uma filosofia ou uma ideologia. Foi-se formando ao longo do tempo, com a sua metodologia de análise das fontes, sempre a serem descobertas, e uma forma de interpretação e de narrativa o mais rigorosa possível. Claro que foi evoluindo, tendo um sentido diferente, mais fechado ou mais aberto, numa relação cada vez maior com outras ciências sociais que foram surgindo e com as humanidades, de modo interdisciplinar. Mas não se pode entender verdadeiramente como História as importantes filosofias, sociologias e teorias de reflexão sobre o processo histórico. Os seus textos têm influenciado historiadores e cientistas sociais e devem o mais possível ser lidos, como é necessário que o historiador tenha presente todas as formas de cultura, pois a sua História será tanto mais interessante quanto forem mais diversas e de maior profundidade as suas experiências. Mas a História é outra realidade científica, por mais afastada que esteja da leitura da maioria, em momentos (como o de hoje) em que esquece por vezes a pesquisa de fontes e a uma reflexão profunda, para se construir antes uma História em função de “modas”.

Portanto, não pensemos que as várias correntes da historiografia são realidades completamente novas. Não falando de concepções marcadamente ideológicas – positivistas e republicanas, marxistas e socialistas, hegelianas e espiritualistas, integralistas e nacionalistas, católicas e neotomistas... –, que foram sendo naturalmente ultrapassadas –, não é possível entender a História

que se formou, com as novas reflexões sobre a realidade social e política, no fim do nosso século XIX, sem conhecermos Herculano e a tentativa de uma “história rigorosa”. Não é possível entender a *Nouvelle Histoire* sem a *École Méthodique*. O maior erro da “nova história”, na sua lógica francocêntrica, foi – recordando as análises de Coutau-Bégarie – não respeitar os seus antecessores (“*La dévaloration des prédécesseurs*”), pensar a história como uma realidade social e considerar que a realidade política não tem a sua própria essência, falar de estruturas, conjunturas e “complexos histórico-geográficos” sem reconhecer a importância dos factos, das biografias, das batalhas, falar das mentalidades não reconhecendo o significado das ideias em si próprias, procurar a “história total” sem entender a dificuldade em realizar verdadeiramente uma história analisada por todos os ângulos, sobretudo se não resultar de projetos de equipas...

De forma idêntica, assistimos agora à ideia de que a “história global” é uma novidade, omitindo a procura desde há muito de uma história oposta a uma “história nacional” e, sobretudo, a uma “história nacionalista”. Não se pode omitir esse esforço, com o objetivo de encarecer a “modernidade” da “história global”, esquecendo a aventura que foi, ao longo do tempo, com as suas contradições, a de escrever uma história universal, mundial, de relações internacionais, paralela, comparada... E, muitas vezes, como se viu até no nosso caso, não acompanhando o sentido anticolonial e pós-colonial da realidade, partindo da ideia de “globalização” mas esquecendo que ela é orientada pelas grandes potências económicas e “culturais”. Se se fala em “história global” – como foi dito por alguns críticos – é necessário conhecer o “outro” pelo lado do “outro”, ou dos “outros”, por exemplo, do oprimido ou do reprimido, do marginalizado, do evangelizado ou do colonizado.

Não pomos em causa a importância do conceito de “História Global”, mas uma história dita “polifónica” não pode ser “fragmentária” e “cronológica”, a não ser que se entenda como uma “diversão” com o objetivo de “divulgar”, nem pode esquecer as identidades culturais, que passam inclusivamente pelas diversas línguas, que normalmente são esquecidas e se reduzem, contraditoriamente, neste momento de “*Global History*”, quase só ao inglês, como outrora, no tempo da *Nouvelle Histoire*, quase só foi o francês. É verdade que mesmo os seus praticantes e militantes discutem também o sentido da “história global” e apelam hoje já para uma “nova história global”. Todavia, se olharmos para os seus artigos de discussão, verificaremos que praticamente só citam os historiadores ingleses, americanos e de outros países de língua inglesa, por vezes a única que conhecem. Por isso não conseguiram ultrapassar sequer a lógica “pós-imperial” e “pós-colonial”.

Olhando para o caso português, a finalizar, vemos, pois, que “globalização” e “história global” aparecem como emblemas de “modernidade”. Reparamos

que seguem os rumos de experiências já gastas e discutidas em vários países, recorrendo a investigadores de todas as formações, academias e ideologias, numa seleção do “política e culturalmente correto”. Não está em causa – repetimos uma vez mais – a categoria dos investigadores, mas o “modelo” que facilmente nos parece ultrapassado, pese embora o grande interesse de alguns artigos que a *História Global de Portugal* integra, nomeadamente em áreas novas, em que se investigou de raiz e que, na verdade, nos mostram um “mundo global” muito antes da discutível “globalização” de que hoje se fala.

Mas este conceito, com a sua popularização, pode ser produtivo? Com certeza que sim em termos de novas investigações, em que o “global” é um método, um objeto e uma forma de divulgação, que faz esquecer a menor importância que a História, lamentavelmente, passou a ter de um ponto de vista editorial. A *Histoire Mondiale de la France* foi um êxito editorial e originou um grande debate. Espero que o mesmo se passe com a *História Global de Portugal*. Pelo menos o conceito transporta-nos, ainda que de forma simples, para uma conceção sem fronteiras, como se pode ver num artigo de opinião recentemente publicado no *Diário de Coimbra*, numa secção denominada, com grande significado simbólico, “Geração Académica”, pelo presidente da Associação estudantil mais antiga do país, João Assunção, que em boa hora pretende fazer ressurgir uma academia que debata os problemas que tanto nos afligem e preocupam, ou deveriam preocupar. Um dos seus títulos, porventura resultante da leitura de obras da chamada “história global”, tem um nome significativo e sugestivo “Uma história global contra a discriminação” (*DC*, 23 de março de 2021, p. 11). Assim o movimento da “história global possa exercer essa função e não se torne antes uma moda, ao mesmo tempo demasiado aberta e regulamentada, informativa e vulgarizadora, simultaneamente “global” e “nacional”.

Figueira de Lorvão, março-abril de 2021
Luís Reis Torgal
FLUC e CEIS20

Nota: O autor escreve os seus textos utilizando o acordo ortográfico anterior ao AO90. Todavia, aceitou – como se tornou seu hábito e tendo em conta as atuais normas desta revista – editá-lo com respeito pelo novo acordo, que é agora obrigatoriamente (embora se lamente) praticado em publicações oficiais ou de instituições públicas.